

seminário roberto schwarz

Um mestre da crítica

Roberto Schwarz/ Folha Press

Exemplo maior da crítica materialista brasileira e decisivo para a compreensão do presente, o trabalho de Schwarz é discutido por grandes nomes do pensamento em São Paulo

Por mais que se anuncie a morte do marxismo ou sua inapelável inadequação aos temas da cultura contemporânea, é desse campo que têm partido lances decisivos para a compreensão do presente. A prova mais cabal disso, no caso brasileiro, talvez seja a obra do crítico literário e ensaísta Roberto Schwarz. Desde as análises reunidas em seu primeiro livro de ensaios, *A Sereia e o Desconfiado* (1965), até o reexame de categorias centrais do pensamento crítico no final do século 20 empreendido em *Seqüências Brasileiras* (1999), seu livro mais recente, o crítico tem demonstrado a possibilidade de compreender a sociedade brasileira (e não só ela) a partir da análise de configurações artísticas e culturais.

A relevância da obra de Schwarz e a avaliação de seus aportes e desdobramentos no Brasil e no exterior motivou a organização de um seminário, realizado no final de agosto na Universidade de São Paulo (USP). Cientes de que a produção de Schwarz marca o ponto de chegada de uma importante tradição do pensamento brasileiro, os organizadores convidaram Antonio Candido para a abertura do evento, intitulado “Crítica materialista no

Brasil: a obra de Roberto Schwarz”. Mestre maior de Schwarz, Candido traçou as grandes linhas de uma história intelectual que definiu os rumos para se pensar o país de forma produtiva, uma das pré-condições para a estruturação da obra de Schwarz.

Três eixos de análise O seminário foi organizado em torno de três eixos. Um foi dedicado ao balanço histórico de etapas decisivas desse processo formativo, passando pelo famoso “Seminário d’*O Capital*” – como ficou conhecido o grupo de professores e alunos que se reuniu na USP no final dos anos 1950 para ler a sério a obra de Marx – e pela matriz frankfurtiana, de pensadores como Theodor Adorno e Walter Benjamin. Um segundo momento foi dedicado aos embates intelectuais e à verificação recíproca dos escritos de Schwarz com obras afins. Sua atualidade foi enfocada, por fim, na apresentação de possíveis desdobramentos de sua obra, não só na produção de uma nova geração crítica, mas também no trabalho de escritores e poetas enfocados por ela.

Reunindo literatos os mais distintos, como Paulo Lins, Francisco Alvim e

Vilma Arêas; intelectuais dos mais variados matizes, como José Arthur Giannotti, Sérgio Micelli e Paulo Arantes, e críticos de campos diversos, como Rodrigo Naves, Ismail Xavier e Bento Prado Jr., o encontro lotou durante cinco dias o auditório da Faculdade de História. O interesse de um público composto, em sua maioria, por jovens estudantes se explica, certamente, pela conjuntura atual: em uma situação política tão pouco animadora, é cada vez mais evidente a urgência de se pensar o país de forma dialética e a partir de um ponto de vista de esquerda.

Nas páginas seguintes, em versões resumidas das intervenções do sociólogo Francisco de Oliveira e do historiador Francisco Alambert, o leitor tem uma pequena mostra dos debates travados durante o seminário. Oliveira avança para o século 21 o esquema histórico de que tratou em obras como “Crítica da Razão Dualista” e “O Ornitorrinco”. Alambert concentra-se nas possíveis relações estabelecidas pela obra de Schwarz, com o ambiente artístico brasileiro dos anos 1950, momento de efervescência não só político-econômico mas também artístico. **[Maria Elisa Cevalco]**

Um crítico na periferia

São evidentes as afinidades entre “Crítica à razão dualista” e “Idéias fora de lugar”, e entre “O Ornitorrinco” e “Fim de século”: desvendar a peculiaridade da forma capitalista no Brasil e mapear os desmanches da nova ordem

Francisco de Oliveira

Quero começar de forma bastante convencional, agradecendo ao Roberto Schwarz pelo que ele é, pela sua enorme simpatia, pelo bom humor permanente, pela acolhedora e franca gargalhada (incomum entre acadêmicos), pela sua capacidade de valorizar o trabalho de outros (entre os quais me incluo), e também pela recusa ao jeitinho brasileiro de, sob o pretexto da amizade (às vezes mera expressão corporativa sem nenhum afeto real) evitar a crítica, substituindo-a pelo compadrio. Talvez o ensaio sobre Dialética da Colonização, de Alfredo Bosi [incluído em *Seqüências Brasileiras*, Cia das Letras, 1999] seja o melhor exemplo disso.

Meu segundo agradecimento é pelo resgate de Machado de Assis, lido nos tempos de ginásio como um clássico da língua, para que aprendêssemos a escrever corretamente, mas nunca como o revelador irônico do lado mais obscuro da sociedade brasileira. Custou trabalho, pois depois disso, todos fomos obrigados a reler Machado – mas com que ampliado prazer!

Não preciso bajular o Roberto, pois na nossa relação o favor, a regra básica da sociabilidade brasileira que ele descobriu no nosso clássico, não tem lugar. Mas devo dizer que “O Ornitorrinco” [ensaio de Chico de Oliveira publicado em 2003] muito deve a ele. Em “Fim de Século”, publicado em *Seqüências Brasileiras*, o animal está lá. A discussão do desmanche influenciou nosso grupo de estudos do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), que a tomou como ponto de fuga para um projeto de pesquisa junto à Fapesp, com o pomposo título de “O pensamento nas rupturas da política”. Nosso primeiro objetivo foi reconhecer os pontos de negação/superação da ordem anterior ao neoliberalismo e a insuficiência dos paradigmas sociológicos para

interpretá-los. Nos termos de Roberto, e permitindo-me fazer um trocadilho com seu seminal ensaio sobre Machado, um lugar fora de idéias, o Brasil desmanchado, e “idéias fora de lugar”, o neoliberalismo na periferia.

Afinidades eletivas A “Crítica à Razão Dualista” é contemporânea de “As Idéias Fora do Lugar”, mas eu não conhecia o trabalho de Roberto que, até onde sei, apareceu pela primeira vez na velha *Estudos Cebrap* nº 3, de janeiro de 1973. Caminhávamos paralelamente. Não que eu queira reivindicar a estatura literária do texto do Roberto, mas as afinidades são evidentes: o propósito de desvendar, no meu caso, a peculiaridade da forma capitalista no Brasil, ou de como o liberalismo transitava pelo favor, o tema de Roberto. Isto é, a industrialização se fazia usando o latifúndio como suporte, ao tempo em que as cidades viravam acampamentos de posseiros, nossas imensas e feias periferias urbanas, e a UDN [União Democrática Nacional] falava dos direitos civis enquanto batia às portas dos quartéis para impedi-los. Já em “O Ornitorrinco” as afinidades são eletivas, para usar o termo de Max Weber tomado emprestado de Goethe: afinidades maiores, mais explícitas e reconhecidas, embora a qualidade literária do texto não seja lá grande coisa.

O Cenedic – que mais parece uma tribo de *Asterix* – transformou “Fim de Século” no seu programa de pesquisa. Tratamos de mapear os “desmanches” da ordem “getulista” – como dizem seus adversários pela direita, FHC e Lula – que a luta social, o conflito de classes – para chamá-lo pelo seu nome clássico

– havia transformado em direitos do trabalho, eixo central da modernização da sociedade brasileira e referência principal do cálculo econômico burguês. De cambulhada, o que se destruíam eram principalmente os novos direitos, ao passo que o cálculo econômico se subordinava aos preços internacionais, tornando também anacrônico regular o preço do trabalho.

Nó de marinheiro Talvez essa seja a diferença marcante entre o que o título de nossa mesa diz – “o progresso



antigamente” – e o progresso contemporaneamente: o trabalho e seus direitos como eixo central da estruturação da sociedade. O que nos atualiza do ponto de vista de nossa inserção internacional, pois é, em grandes linhas, o que se passa no capitalismo contemporâneo. Parece um simples problema de onde referenciar o cálculo econômico, mas de fato vai mais longe: retira da sociedade o poder de determinar os parâmetros da própria exploração da força de trabalho e, junto com isso, o poder de contestá-los. A própria acumulação de capital já não é uma equação interna que dependa fundamentalmente da taxa de lucro dos capitais: ela extroverteu-se definitivamente, o que torna também o poder de classe das burguesias internas um simulacro. E retira a autonomia, a escolha das decisões. O ornitorrinco é um animal sem ética.

Na globalização, a periferia resolve-se numa dialética negativa, rebaixando os termos das contradições. Veja-se o que acontece com as cidades: o mutirão não é a resolução do problema da habitação, mas a impossibilidade de resolvê-lo pela mercadoria, o que acaba rebaixando ainda mais o próprio estatuto da força de trabalho. E os mutirões transformaram-se, de solução precária, não-mercantil, em política pública governamental: agora sob a capa da “cordialidade” da “comunidade” – outra impostação na boca de sociólogos e urbanistas –, o Estado se des-responsabiliza, os produtores dos materiais necessários para a “auto”-construção lucram. Os exemplos poderiam estender-se ao infinito. Trata-se de um impasse: os problemas só podem ser atacados pela negativa e, em sendo assim, eles se agravam. Uma espécie de nó de marinheiro: quanto mais perfeito, mais ele aperta.

Informatização e motoboys Se o subdesenvolvimento era uma combinação em que o novo da acumulação de capital utilizava o velho como seu suporte, negando a dualidade de linhas paralelas que nunca se encontravam, mas com uma inegável predominância, pelo menos tendencial, das novas formas da acumulação sobre as pretéritas quase-capitalistas, o que se deu

até os fins dos anos 1970 com o crescimento do assalariamento, a nova situação caracteriza-se pelo oposto: as novas formas da acumulação de capital *produzem* o velho, mais do que são suportadas por ele. O explosivo aumento da produtividade do trabalho que produz a intensificação interna da mais-valia relativa, traz de volta a mais-valia absoluta. O capital global paira sobredeterminando as duas formas: ele impõe a informatização da produção de mercadorias e serviços e os motoboys que atualizam, sobre Yamahas e Hondas, o *putting out* louco e assassino das corridas, que é a nova modalidade do trabalho doméstico. Encontrada a causa, a aceleração da informatização pode dar fim ao *putting out* assassino, o que indicaria a saída. Mas é o oposto que sucede: a informatização, isto é, a acumulação de capital em sua nova forma técnica, produz novas levas de trabalho totalmente desqualificado. É o que se constata: neste ano da graça de 2004: 1,2 milhão de novos postos de trabalho foram criados, predominantemente de baixa remuneração. E a educação, que era o vetor da ascensão social, perdeu sua eficácia: nos concursos públicos e mesmo na competição por empregos privados, o número de gente com formação de nível superior é também ascendente, para realizar tarefas sem ne-

nhuma qualificação. O paradoxo não é que o trabalho desqualificado esteja na ponta do processo de acumulação; é o contrário que se passa. Mas esse processo de acumulação, longe de dispensar aquele trabalho desqualificado, aproveita-o nas margens, justamente para prover bens e serviços de consumo às faixas mais baixas de renda. Não sei se haverá possibilidade literária de unificar num mesmo andamento essa colagem, quase frankensteiniana, de elementos díspares, pedaços de corpos mutilados. Não sei se já há na praça esse autor: talvez justamente Paulo Lins, revelado por Roberto, seja uma primeira aproximação. Não sou capaz de dizer se ele produziu uma forma literária que é a própria condensação da matéria real, uma forma violenta como o real, tal como Machado de Assis criou uma forma volúvel que era a própria volubilidade da classe dominante escravocrata, na interpretação de Roberto. Não sei se prosseguirá a construção de um sistema, de uma “formação” da literatura nacional, porque praticamente já não há nação. Não sei se a própria forma literária não desaparecerá, numa fragmentação infinita. Mas sabemos a quem pedir essa decifração: estamos diante dele, salve Roberto! ■

Francisco de Oliveira é professor de sociologia da USP e coordenador do Cenedic. É autor de *O Ornitorrinco/Crítica da razão dualista* (Boitempo, 2003) entre outros.

Para uso do próximo

Fruto de um momento de transformações e aberturas, o pensamento de Schwarz não só não se esgotou na crítica desenvolvimentista às desigualdades, como abriu caminhos para se pensar as catástrofes do presente

Francisco **Alambert**

Em maio de 1958, Sérgio Milliet, então a maior autoridade ainda viva e atuante vinda do modernismo de 1922, recebeu efusivamente os primeiros poemas de um jovem estudante chamado Roberto Schwarz. O grande crítico talvez já estivesse velho, mas não era bobo e sabia melhor que ninguém em que ponto estavam os debates culturais: “em meio à polêmica entre participantes, inclinados para a literatura socializante, e concretistas, preocupados com novas formas de expres-

são pouco acessíveis ao grande número, surgem na geração que vem amadurecendo ao sol de seus anos, tendências que se filiam a correntes diversas”. Para comprovar, cita o poema *O crime do poeta*:

Ante o fracasso evidente do tempo
do bloqueio continental
e da razão arguta

O amor dói nas costelas
range nos dentes
morde as entranhas

Napoleão morde as costelas
rilha os dentes
dói nas entranhas

O mar sacode as costelas
areia nos dentes
ressaca nas pedras de Santa Helena

ante o fracasso evidente do tempo
do bloqueio continental
e de qualquer argúcia
o poeta perpetra uma violência verbal.

Milliet acertou. Nascia ali talvez não

um poeta (essa será uma faceta esporádica na carreira de Schwarz), mas um pensamento original que se desenvolveu em diferentes campos, constituindo uma rara trajetória de qualidade, coerência e radicalidade na história da inteligência brasileira. Uma herança para nós, que se perpetuou e derivou em descobertas de novidades incorporadas ao patrimônio intelectual da esquerda e da crítica cultural mais radical. Enfim, um pensamento que nos ajuda a desbloquear continentes.

Utopias do progresso No momento em que Milliet e Schwarz escreviam



João Gilberto e Alaide Costa/ Reprodução

vivia-se o auge do desenvolvimentismo, do afluxo internacional de idéias e mercadorias e, no campo da cultura, da radicalização de projetos intelectuais que vinham do modernismo e ganhavam força desde a Revolução de 30. Em nosso capitalismo tardio, a sociabilidade moderna parecia abrir continentes. Lá fomos nós, do quadro fixo do subdesenvolvimento para o espaço aberto das utopias do progresso. O bloqueio continental parecia furado mesmo e o espaço se abria. No terreno das artes visuais, o grande Hélio Oiticica, em 1959, pensava o conceito de “espaço como elemento totalmente ativo”, anunciando também um tempo de transformações firmes. Essa positividade audaciosa tem a ver com o mundo que criou Roberto Schwarz. O espaço nacional era o centro ativo do projeto desenvolvimentista que as vanguardas internacionalistas iam preenchendo com particularidades e linhas de evolução próprias e às vezes muito ricas. Neste

espaço pleno de aberturas, Schwarz incorpora o marxismo mais avançado como categoria histórica e formal e lhe dá conseqüências.

“Substituir” importações e modelos estéticos para a criação própria também não era um tema estranho a certas teorias econômicas do período. Os economistas ligados à “Teoria da Dependência” pensavam um caminho parecido para os saltos de desenvolvimento que a vida econômica da América Latina podia dar no contexto do surto desenvolvimentista. Se Oiticica preparava a passagem das experiências concretistas para chegar aos *parangolés*, saindo da tela (e da galeria) para ganhar a vida (e a rua), economistas de esquerda também queriam a superação da dependência em nome da autonomia nacional criadora.

Foi também em 1959 que Antonio Candido tratou de reunir a experiência intelectual acumulada nas ciências sociais e publicou seu trabalho seminal, *Formação da literatura brasileira*. Neste estudo, as mesmas preocupações em torno das idéias de “formação”, “superação”, “atraso”, desenvolvimento ou descompasso, eram aplicadas à análise literária, do mesmo modo que mais ou menos apareciam nas imagens do Cinema Novo, nos sons da Bossa Nova ou no projeto de Brasília. Nesse momento, o Brasil passava por seu período mais criativo, onde, de uma forma geral, pode-se dizer, como fez Roberto Schwarz em ensaio antológico, que a esquerda tinha predomínio nos setores de criação cultural. Ali, entre 1958 e 1959, até a Bienal de São Paulo (nesse momento guiada por grandes críticos e grandes artistas), parecia ser um acontecimento cultural e não um mero evento “de massa”.

Desfaçatez bem pensada Onde encontramos nosso autor nesse contexto? Ele nasceu na Áustria, veio criança ao Brasil. Perdeu o pai aos 15 anos. Ali, na metade dos anos 1950, não é exagero dizer que parte de sua educação doméstica foi feita ao lado de Anatol Rosenfeld, que era amigo de sua família e passou a acompanhar seus estudos, enquanto nosso autor se preparava para a faculdade de Ciências Sociais, onde conhecerá An-

tonio Candido, sua maior influência. Já na USP, em 1958, no mesmo ano que Milliet saudava o aparecimento do jovem poeta, Schwarz vai participar do famoso “Seminário d’O Capital”, iniciativa multidisciplinar de um grupo de professores jovens e também de alguns de seus alunos. Segundo Roberto, aqui francamente discordando de seu amigo José Arthur Giannotti, estudar Marx na época não era assimilar um clássico entre outros. Era sim uma aposta na reflexão crítica sobre a sociedade contemporânea, permitindo que aqueles jovens enfrentassem livremente as dificuldades que a experiência brasileira opunha aos esquemas marxistas.

Essa herança foi a base de onde partiu o jovem poeta que já ia se tornando crítico e também é a base de todo o seu legado. Dessa experiência, retirou a idéia de que era preciso sempre refletir sobre o desajuste como parte das desigualdades do desenvolvimento do capitalismo. Para ele, surgia aí o tema da reprodução moderna do atraso, um ponto de vista que percebe e analisa as formas sociais “atrasadas” como parte da reprodução da sociedade contemporânea. Enfim, a experiência própria das nações periféricas e a chave da diferença brasileira. Ou seja, o tema do progresso, dos desajustes e das formas culturais que lhe correspondem deixam evidentes os nexos que levariam às análises originais dos romances de Machado de Assis.

Schwarz foi aluno de Antonio Candido no segundo ano de Ciências Sociais, em 1958, último ano em que o mestre lecionou Sociologia. Nessa época, além do poeta, o crítico estréia em jornais. No início dos anos 1960, Schwarz vai aos Estados Unidos fazer um mestrado em Teoria Literária na Universidade de Yale. Nos EUA ele vai estudar o *new criticism* e as técnicas do *close reading*, o que, convenhamos, era inusitado para um jovem marxista. Pois era desse jeito mesmo que seu esquema teórico ia se formando: o jovem pesquisador percebe que a ironia de Machado deveria ser lida a partir de um *close reading* combinado com a teoria do Brasil do “Seminário d’O Capital”, ou seja, que a substância da ironia machadiana tinha a ver com a desfaçatez bem pen-

sada que era a mistura brasileira de liberalismo e escravismo.

Essa compreensão da forma artística como forma da história é a grande contribuição intelectual de Roberto Schwarz. Porém, também se constitui num legado *para nós* a possibilidade de descobertas do autor, fundamentais tanto para a história social quanto para a crítica literária ou a teoria política. Pensemos no caso do romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins. Todos sabem que Roberto “descobriu” o livro, que leu ainda em suas primeiras provas e incentivou o autor a terminá-lo. Desde o início, Schwarz notou que o romance de Paulo Lins era sintomático de uma reorganização da sensibilidade crítica na produção literária, cultural e política contemporânea. Um acontecimento literário raro, que desnudava o moderno universo da segregação social nas condições brasileiras, através de uma prosa que trabalhava a linguagem popular contemporânea, misturando registros que vão do sensacionalismo jornalístico, da pesquisa antropológica, da linguagem dos marginais ou da brutalidade dos policiais até o lirismo e os esquemas cinematográficos.

Que horas são? Como vimos, o pensamento de Roberto é fruto de um momento de transformações e aberturas, de estabilidade aparente. Mas o aspecto “desenvolvimentista” que lhe precedeu e do qual tirou consequências, não encerra ou engessa sua trajetória, como penso que fez com o

legado de seus “inimigos” concretistas. No campo das artes visuais, para voltar à comparação que fiz com Hélio Oiticica, uma inteligência particular, que passava pelo olhar de Mário Pedrosa, permitiu o passo adiante do neoconcretismo. Já em Roberto

Schwarz, as lições do “Seminário d’O Capital” e o aprofundamento nos caminhos abertos por Antonio Candido legaram ao crítico o olho no presente histórico e suas transformações. E isso permitiu que ele nos legasse não apenas sua obra, mas abrisse nossos olhos para outras obras, que marcam a hora histórica. Só que a nossa “hora”, que é a hora de *Cidade de Deus*, já não é mais aquela em que ele se formou. Aliás, quem sabe bem disso é ele próprio. O tempo do nacional-desenvolvimentismo e de suas conquistas passou. Vivemos muito mais próximos do colapso do desenvolvimento, no qual o mundo fetichista da moeda, a moda dos “culturetes” e o desprezo cínico pelos destinos dos pobres promovido pela razão tucana são o mais terrível sintoma. Nesse ponto, agora “pós-tudo”, muitos pularam fora do barco, renegaram seu “passado”, sua “formação”. Sobretudo o marxismo virou “passado”. A posição de Roberto Schwarz, nesse contexto de crise, é sintomática de suas heranças e de sua capacidade de articulação intelectual e política. Para ele, o marxismo não passou porque não é apenas uma “teoria” social (que teria se realizado, e acabado, em alguma parte do mundo), mas efetivamente uma teoria crítica do capitalismo, uma forma privilegiada para se compreender as conexões e desconexões da sociedade contemporânea. Porém, a crise atual também é a crise do marxismo que não vê mais a revolução no horizonte. É preciso repensar tanto o marxismo quanto toda essa “catástrofe”.

No meu modo de ver, é isso que ex-



Catedral em construção, Brasília/ Arquivo do DF

plica a descoberta de Roberto, “na vanguarda” do resto do mundo, da obra e das idéias polêmicas sobre o futuro (ou a falta dele) do capitalismo segundo o pensador alemão Robert Kurz e seu livro *O colapso da modernização*. Schwarz percebe na inversão do argumento tradicional da “vitória” do capitalismo sobre o soviétismo, proposta por Kurz, uma parte que nos toca: a nossa própria derrota, a derrocada final do desenvolvimentismo e seu ideal de progresso. Mas, mais que isso, a introdução do livro no Brasil visava impacto crítico direto: evidenciar a feia caricatura do deslumbramento com o mercado que tomou grande parte da nossa *intelligentsia*, ex-marxistas inclusive, em plena era do real forte, da globalização e do mundo que Fernando Henrique criou – e Lula quer continuar.

Creio que se pode usar para definir Roberto Schwarz aquilo que ele usou para definir Kurz: trata-se de um intelectual que, entre a herança e o legado, vive na boa promiscuidade entre “o jornalista, o filósofo, o economista, o historiador, o literato, o agitador, etc. no interior do sujeito que busca fazer frente à experiência do tempo, por escrito e para uso do próximo”. Eis sua herança *para nós*, que lhe somos tão próximos – e é isso que repõe sempre sua atualidade e originalidade, como Milliet percebeu no jovem poeta. ■

Francisco Alambert é professor de História Social da Arte e História Contemporânea na Universidade São Paulo (USP). É autor (com Polyana Canhête) de *As Bienais de São Paulo: da Era do Museu à Era dos Curadores* (Boitempo, 2004).

